

Economia

GAZETA

AJ23776

MAPA DA INFORMALIDADE IBGE TRAÇA PERFIL DAS PESSOAS QUE ESTÃO NO MERCADO SEM CARTEIRA ASSINADA NO PAÍS E NO ESTADO

Trabalhador informal capixaba é homem, jovem e desempregado

■ Lucro dos informais caiu de 91,3% para 75,1%

■ 40.311 pessoas partiram para a informalidade porque não encontraram emprego

■ A maioria dos trabalhadores informais - 48,5 mil - tinha entre 18 e 39 anos

■ 35% das empresas informais funcionam na própria casa

■ 80% das empresas informais têm só uma pessoa ocupada

■ Empresas informais equivalem a 6% do PIB

RACHEL SILVA
rsilva@redgazeta.com.br

O típico trabalhador informal capixaba é do sexo masculino, tem baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto) está em plena idade produtiva (entre 18 e 39 anos), atua no comércio, trabalha por conta própria (sozinho) e partiu para a informalidade por falta de emprego. O perfil foi traçado a partir da pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf 2003), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE).

A pesquisa revelou que o mercado informal mantém mais de 254 mil postos de trabalho no Estado. A maioria (148 mil pessoas) trabalha por conta própria e apenas 32,8 mil empreendedores informais são empregadores.

Também mostra que o número de empresas informais cresceu. No Estado, passamos de 166 mil empresas informais em 1997 para 170 mil em 2003. Os informais já representam 98% das pequenas empresas capixabas.

No país, o setor informal

cresceu de 9,4 milhões para 10,3 milhões de negócios informais (9,1% a mais). Além disso, o número de pequenos negócios legalizados está ficando menor. Em 1997, quando foi realizada a primeira pesquisa, havia cerca de 24 mil empresas do setor informal juridicamente constituídas (registradas). A pesquisa de 2003 encontrou apenas 21 mil.

O economista e professor universitário Wallace Millis chamou atenção para um dos dados da Ecinf: 96% dos entrevistados declarou que não recebeu nenhum tipo de assistência

técnica, jurídica ou financeira nos últimos cinco anos.

“É um número pesado. Revela um amplo descaso das instituições públicas para com esse segmento. Ou melhor, eu não diria descaso mas uma incapacidade de abranger esse universo. Por conta disso, vejo que o Sebrae, por exemplo, não foca mais a empresa isolada. O foco está nos arranjos, grupos consolidados. Isso me parece bem relevante”, analisa.

Millis acredita que o caminho para reduzir a informalidade seja a implementação

de políticas públicas que simplifiquem a burocracia e reduzam a carga tributária para as empresas.

O diretor administrativo-financeiro do Sebrae-ES, Evandro Millet, também apontou para a necessidade de políticas públicas que incentivem a formalização de empresas.

“Por exemplo, nós estamos nessa briga pela aprovação da Lei Geral e da lei da pré-empresa, que têm muito a ver com a informalidade. Você reduz a informalidade porque reduz os impostos, simplifica a burocracia”, explica.

Millet ressaltou que, em 2004, o Sebrae-ES deu cursos para 11 mil pessoas, atingiu 20 mil ouvintes com seu programa de rádio e realizou 10 mil atendimentos diretos no Balcão Sebrae. “Nós estamos num trabalho grande porque, pelo visto, vai faltar mão-de-obra para todos esses projetos grandes que estão sendo feitos. Nós estamos mobilizados para ajudar na formação maciça dos capixabas para se prepararem esse surto de empregos que vai acontecer daqui para a frente, para não vir todo mundo de fora”, analisa.

ANÁLISE

José Luis Loss

“É muito mais barato ser informal”

Como pequeno e microempresário, cada vez mais a gente percebe que, quando muda um Governo, ele vem com uma ânsia de regularizar taxas e pressiona muito as empresas. O pequeno empreendedor, pressionado, vai para a informalidade. A explicação fria, nua e crua, é essa: não dão condições para a legalidade do pequeno empreendedor. Então o que ocorre? Quando há uma pressão de fiscalização do Estado, da Fazenda, da União, do município, é muito mais barato ir para a informalidade do que se voltar para a legalidade.

Na realidade, o pequeno empreendedor, informal ou não, ele é órfão de tudo o que você imagina. Ele é órfão de todos os setores, tanto do Estado quanto da União. O que a gente quer, dentro da pequena e da micro empresa, é que se invista para que essa situação não continue assim. No ritmo em que está, até o meu negócio pode correr o risco de ir para a informalidade. Eu não tenho condições de absorver tantas taxas, tantos custos oriundos de uma legislação arcaica que está aí. Uma CST da vida é amparada pela mesma legislação que eu, que tenho cinco, dez funcionários, que estou gerando emprego no meu bairro. Então, a gente se sente muito penalizado.

José Luis Loss é presidente do Conselho Permanente das Micro e Pequenas Empresas da Fines

“Nem tudo são flores”

NOENES PEREIRA AMORIM
45 anos, microempresário



“Eu tenho floricultura desde 1999. Antes, era representante comercial. Passei a mexer com flores por dois motivos. Primeiro porque gosto. Segundo porque o comércio, hoje, é muito complicado. Aqui nós trabalhamos só em três: eu, minha esposa e a mãe do namorado da minha filha. Já cheguei a ter seis funcionários com carteira assinada, mas como a carga de impostos estava muito alta, resolvi dispensar. Mas a empresa é registrada - pago impostos, tudo certinho”. FOTOS: GABRIEL LORDÉLLO

“Com o salário mínimo não dá”

HÉLIO ALVES FAMÍLIA
55 anos, amolador de facas, tesouras e alicates



“Fui cobrador de ônibus por doze anos e me aposentei ganhando um salário mínimo. Só que não dá, eu tenho duas filhas no colégio. Trabalho aqui na Vila Rubim há 32 anos, sempre no mesmo local. Daqui eu tiro o meu sustento. Hoje em dia está mais fácil ganhar dinheiro porque está tendo mais serviço, tenho mais conhecidos. E está bom de trabalhar também porque tem policiamento”.

Metodologia traz novo conceito de informalidade

Pode uma empresa com CNPJ, que recolhe impostos e que assina a carteira de trabalho de seus funcionários ser considerada informal? Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode. A metodologia empregada na pesquisa sobre Economia Informal Urbana (Ecinf 2003) exclui as atividades desenvolvidas em áreas rurais, as sociedades anônimas, as empresas que declaram rendimentos pelo regime de lucro real e as que possuem mais de cinco empregados.

Na opinião do economista e professor universitário Wallace Millis, embora o conceito de informalidade do IBGE seja diferente do senso comum, ele é importante para fazer comparações.

“Ele possibilita comparações históricas e internacionais. Se ficasse preso àquela idéia de informalidade como empresa não-registrada, não seria possível comparar os dados. Embora fuja do usual, ainda assim esse conceito”, explica.

Segundo o IBGE, a ausência de registros não serve como critério para a definição de informalidade. Para o instituto, a informalidade está relacionada ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não ao seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas.

De acordo com os critérios da pesquisa, pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas.

A Ecinf abrange todos os domicílios situados em áreas urbanas do país. Esta é a segunda edição da pesquisa - a primeira foi realizada em 1997. O trabalho é resultado da parceria do IBGE com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).